

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA E CLASSE TRABALHADORA: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL

*Gerusa Emília da Silva Lima
Carlos Lucena*

1. Introdução, porque se faz preciso começar

*“Todo começo é difícil em qualquer ciência”
(K. Marx).*

Foi no aprofundar das discussões e reflexões realizadas durante a disciplina curricular Epistemologia e Educação, do curso de Pós-graduação em Educação na modalidade Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Uberlândia/MG, que surgiu esta pesquisa. Percorrer pelo território da educação enquanto política pública apropriada pelos capitalistas neoliberais, utilizada como ferramenta para viabilizar e fortalecer a dominação e manutenção da Ordem desses, se fez desafiador, uma vez que pela própria estratégia capitalista, de modo geral, quando se fala em educação, tende-se a pensar na educação escolarizada que se materializa no senso comum, em: ler, escrever, fórmulas matemáticas, uma carteira e um banco etc. Ou seja, na parte didática padronizada e sua via de execução, o viés ideológico está em grande maioria à parte e obstruído por algum pano não transparente, e nas mãos do mercado, é nesse cenário que o Estado viabiliza e legitima os interesses do capital.

Nessa pesquisa, a educação emancipadora se apresenta como indissociável do processo de elevação do conhecimento da classe trabalhadora, rumo à superação da ordem social vigente, bem como inegociável à categoria profissional das/os¹ assistentes sociais. Essa que realiza o trabalho social inserida na divisão social e técnica do trabalho, e que possui em seu processo histórico enquanto constituição como profissão legalmente reconhecida, na sua gênese o apostolado católico, seguido da teorização, por necessidade do capital, com adoção à teoria social positivista, passou a - no caso do Serviço Social brasileiro, refletir seus valores, sua imagem moral (isso mesmo, existe uma moral profissional que precisa se alinhar a ética profissional) como nos apresenta Joaquina; Braz (2009), uma moral que em nada tem a ver como algo a impor para os sujeitos e a sociedade o seu modo de pensar ou agir individualmente, mas sim de como a profissão e seus profissionais se apresentam enquanto o que

¹ Utilizar-se-á como primeira identificação de gênero o feminino, por ser uma categoria profissional constituída majoritariamente por mulheres, conforme pesquisa apresentada pelo CFESS, 2022 - ver em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

representa os valores dessa, pautado em seu projeto ético político. E nessa reflexão, aconteceu também a reatualização e redirecionamento da profissão através do seu projeto ético político, romper com o conservadorismo, o tradicionalismo, a intervenção pautada no ajuste e na relação causa/efeito se fez necessário e crucial para que o Serviço Social tivesse lado - qual? A defesa por emancipação da classe trabalhadora.

Defender um projeto profissional social crítico, pautado no materialismo histórico, perpassa por conceber uma dimensão teórico metodológica e ético política, que se ancore em uma educação emancipadora que promova e possibilite a consciência do real, ou melhor dizendo o concreto pensado como Marx, muito bem delineou e elaborou. Que também possa elevar à compreensão do ser político, não enquanto política partidária e/ou figura política representativa institucional partidária - ainda que essas/esses sejam formas de articular e fortalecer a luta de classes, mas sim, como sujeito que está inserido na vida material concreta que se funda no/pelo trabalho. Que vivencia as tensões, conflitos, desafios, exploração, dominação e apropriação pelo capitalismo da existência humana.

Foram nesses terrenos férteis, porém minados que se deram o discorrer dessa pesquisa, com imensa proposição de que dessa leitura, saiam leitores minimamente instigados ou indignados a se reconhecerem como sujeitos trabalhadores inseridos na barbárie que é Ordem do Capitalista. E que esse movimento de instigar-se ou indignar-se, seja pela simpatia com a epistemologia utilizada como proposta de superação da ordem vigente, ou pela antipatia a essa, mas que enquanto quem acredita no movimento do real, como os autores dessa, se faz preciso esse movimento, não é possível avançar da aparência para a essência, sem que se transite na luta obscura, acortinada e sedutora (na temporalidade dessa pesquisa), que os capitalistas neoliberais têm travado, quase que sem gritar, com a classe trabalhadora.

Em especial, às/aos assistentes sociais, alimentamos o desejo que vocês se instiguem, provoquem-se, se questionem, interrompam a leitura, revirem-se onde ou onde estiverem lendo, façam a contradição, mas sigam sujeito trabalhador que mesmo na desesperança resiste - retomem a leitura, façam a crítica operária e teórica em relação a qual trabalho social atende seu fazer profissional? Qual sua visão de mundo sobre a classe trabalhadora e a luta de classes? Realiza *práxis*, ou a *práxis* que é prática? Perante às indagações e ao exposto, viu-se que o Serviço Social mudou e muda rumo à participação social para emancipação do proletariado e superação da Ordem Capitalista vigente, se faz urgente você, que é quem assume a responsabilidade (ao torna-se assistente social) de efetivar o compromisso ético político e profissional do Serviço Social, que assume consciência social crítica da existência concreta social e humana e das condições sociais objetivas postas. Sem essas provocações entende-se que não muito o dedicar a essa pesquisa, seria relevante, pois, do lado desses autores que a escrevem, também se indignou com a serventia dessa. Afinal, para que pesquisar se em nada servir para aqueles que a custeiam.

2. A Educação Moral e Conservadora

Discorrer sobre educação, em específico a emancipadora, perpassa pela consciência de que a educação ao longo dos séculos foi e continua sendo terreno de disputas, bem como de manipulações e apropriação dessa, pelos capitalistas neoliberais, frente a ótica de que o conhecimento a partir do momento em que ele é gerado e ampliado, concerne ao indivíduo e aos sujeitos trabalhadores certa autonomia para reflexão do processo concreto material histórico ao qual forma-o enquanto ser social, conseqüentemente sua sociabilidade. Assim, a educação apresentou-se como um dos muitos meios pelo qual a lógica da Ordem do Capital, introjetou na classe trabalhadora e na sociedade, seu modo de pensar e viver, não apenas no mundo do trabalho, mas também no consumo e em sua sociabilidade. Neste sentido, a educação enquanto terreno fértil para ofensiva capitalista neoliberal, em especial no Brasil, dotou-se das epistemologias que se alinhavam com sua Ordem. De maneira que o conhecimento histórico adquirido e refletido, estão nas mãos dos capitalistas neoliberais por meios das “*agências societárias de caráter ideológico*”, as quais passam esse por um severo filtro. E tudo passa a ser padronizado em método, Marisa; Jr (2008, p. 2 - 636).

Ainda sobre como a classe dominante exerce sua dominação, Rudé (1980, p.21) alinhado ao pensamento de Marx, Engels e Gramsci, fez a discussão sobre o processo - meio pelo qual a classe dominante impõe/introjeta “*um consenso*”, utilizando-se para que essa dominação aconteça no campo das ideias, e que em grande maioria das vezes dá-se por meios tido como pacíficos. De maneira que se viabiliza pelo “[...] *controle dos meios de doutrinação, na área do Estado que ele chama de “sociedade civil”: através da imprensa, da Igreja e da Educação [...]*”. Identifica-se, nesse, como a educação é mecanismo/meio de dominação pelos capitalistas.

Continuando nas concepções conservadoras e dominantes da educação, que foi e ainda é um dos meios de dominação e controle, faz-se preciso compreendermos como se deu essa apropriação da educação, em especial, como essa assim se configurou no Brasil.

A partir do pensamento durkheimiano que trouxe relevantes “*marcas importantes*” para o pensar social e educacional nas sociedades conservadoras, e suas repercussões no campo da pesquisa, as quais diversos autores consideram como “*visíveis nos estudos e nas ações sociais*”. São nos escritos de Durkheim, que a pedagogia assume forma através das proposições normativas feitas por ele.

Silva & Gatti (2019, p.5), trazem a contribuição de Pickering (2008), com a formação dos professores é tida como séria, essas formações foram resultantes do período da Terceira República da França - 1870 a 1940, também traz a educação moral laica. Ampliar o entendimento do pensamento durkheimiano, perpassa pelo “*projeto de uma educação moral e laica*” por ele elaborado e fundamentado, desapegado da religião vigente, porém que encontra dentro da própria religião fundamentos para essa nova moral laica. A laicidade moral estaria perdida dentro das próprias religiões, segundo o

pensamento durkheimiano. Aqui (grifo próprio), me reverberam indagações de possíveis aproximações fascistas.

Em Weiss (2009, p.170), encontramos a teoria durkheiminiana e o “*juízo do fato de coisas*”, Silva e Gatti (2019), nos apresentam tal concepção - trazem a exigência relevante de Durkheim de distinguir Ciência da Educação de Pedagogia. Onde a primeira compreende os “*fatos sociais como coisas*” - considerada por ele “*dimensão explicativa*”, e a segunda “*uma reflexão metódica e documentada sobre a prática de ensino*” - e essa “*dimensão propositiva*”. A partir do juízo do fato social, emerge a Ciência Moral, assim a educação como “fato social” para ser investigada sociologicamente. De maneira que para Durkheim a educação é um processo social, cujo sua finalidade seria a manutenção e a permanência dessa. Sendo exercida por adultos, deveriam esses suscitar e desenvolver nas crianças os valores morais dessa então sociedade. Para ele, seria função da educação, primeiramente seu compromisso com a realidade dos fatos, sem preocupar-se com agrados às pessoas.

Durkheim, propunha como tarefa do pedagogo, “[...] *uma reflexão, mais metódica e documentada possível colocada a serviço da prática do ensino [...]*” (Weiss, 2009, p. 175). A educação racionalista, uma relação com o “*espírito de autonomia*”. Apresentou e defendeu a formação moral da criança nas perspectivas das regras e da autoridade. Onde moral seria as regras, ou sistemas dessas, que implicam diretamente em “*ação coercitiva*” a autoridade - nesse momento me pergunto o quanto assimila aos castigos nas educações que valorizam a moral e o cívico? (grifo próprio). Apresentou-nos, o que seria a vida normal - que deveria estar dentro dos valores morais da sociedade de quem vive nessa. Assim o Estado, em uma República, seria quem controlava a educação e a moral, porém que as pessoas dentro de um contexto poderiam questionar essa moral. Me fica a pergunta, como? Uma vez que em seu texto Weiss, nos trouxe que deveria haver controle, força, autoridade e regras aplicáveis a todos na sociedade apresentada. E que contrariá-la, seria o infinito que traz tristeza - afirmando que quando um indivíduo estava em desacordo com a sociedade e a autoridade, os limites e a disciplina seriam a chave para uma vida boa.

Weiss (2009), elucida a diferença do simples desejo em relação à vontade, que para Durkheim seriam administradas pela disciplina moral, de relevância sem igual para a vida social e para a formação do caráter. Sendo a disciplina meio normal da natureza se realizar. Traz-nos ainda que somente por meio da escola e da educação moral, a criança poderia conhecer e amar a pátria.

No cenário apresentado como contradição, até aqui, entende-se ter sido possível trazer à tona como se deu/dá a educação, em especial, acredita-se que as/os leitores dessa, tenham minimamente conseguido materializar, por suas recordações, alguma situação presenciada e/ou vivenciada na educação brasileira - eis que experientia-se a visão de mundo pelos capitalistas neoliberais imposta às “*massas trabalhadoras*”.

2.1 A Educação Emancipadora

Compreendermos como a educação moral e conservadora, foi uma das “armas não bélicas” (termo próprio), que os capitalistas neoliberais utilizaram e ainda utilizam para manter, propagar e fortalecer-se enquanto classe dominante e modelo econômico de exploração, se faz de total relevância, entende-se que não há como travar uma luta, sem saber e/ou conhecer com quem e contra o que vamos lutar, bem como quais “armas” e instrumentos utilizar.

Avançar na ou da perspectiva de uma educação moral e conservadora, para a educação emancipadora, demanda fundamentalmente que sejamos hábeis em validar o processo histórico da vida social humana - conseqüentemente dos sujeitos trabalhadores. Esses últimos, conforme Rudé (1980), cunhado em Marx, são os únicos capazes de romper com a sujeição imposta pela burguesia, de maneira que possa romper com essa, dar-se-ia ou dar-se-á pela “*consciência de classe*”, que os possibilitará a elevação da consciência pelo conhecimento - tornando-os sujeitos com consciência social e política.

Importante para nós, autoras/es e leitoras/es, não nos deixar sermos seduzidos com o discurso passivo e encantador de que elevar o conhecimento escolarizado implica em elevação da consciência social, política e de classe. Em Maria; Lucena (2024, p.31), vimos que o capitalismo tratou de limitar a que conhecimento a classe trabalhadora teria acesso, conseqüente a que saber, ou seja, à “*massa trabalhadora*” e seus sujeitos trabalhadores é fornecido o conhecimento fragmentado e direcionado ao que é necessário ao modo de produção capitalista.

Como apresentado no item 2, a educação foi abarcada pelo positivismo em sua forma literal da moral e do conservadorismo, ao qual tem o fato pelo fato, onde a história já foi explicada e está dada. Ou seja, não é algo que se constrói e está por construir. O que torna o desafio de alcançarmos uma educação emancipadora, ainda maior, uma vez que educadores são a expressão daquele modelo, conseqüentemente sua concepção sobre a educação tender-se-á para os valores morais, para o atendimento ao trabalho abstrato - onde os sujeitos trabalhadores estão alienados e sua ação alimenta e retroalimenta a Ordem Capitalista Neoliberal vigente.

Bordin (2017, p.8), utiliza do materialismo histórico - aqui vale destacar que por ser histórico, é dialético, uma vez que como já frisamos a história não acaba/ou, ela é escrita a todo momento, porque é processo da existência social, material e concreta humana. Para enfatizar sobre a não fragmentação que o método de Marx defende, não fragmentar implica diretamente em integrar as diversas áreas e campos do conhecimento. Um conhecimento que ultrapasse as metodologias didáticas e disciplinas que apenas treinam, mas sim um conhecimento acessível e que contemple todas/os - em especial a classe trabalhadora e sua prole.

Se pelo conhecimento poder-se-á superar a exploração e dominação dos capitalistas neoliberais em relação à classe trabalhadora, há que se promover conhecimento que atue na consciência política social, ou seja a educação emancipadora trabalha para que o proletariado seja hábil em reconhecer sua participação no processo

ao qual se dá, está ou pretendem colocá-lo - identificando a realidade social concreta material histórica. Nessa lógica, significa dizer que a universalidade da consciência precisa acontecer, se faz urgente uma educação que desenvolva e prepare a classe trabalhadora para lutar, ou seja para a luta de classes - preparação esta que não se refere ao embate brutal físico - a violência corpo contra corpo, mas sim que possibilite aos sujeitos trabalhadores, tanto as/os que transmitem, quanto as/os que recebem, se reconhecerem e agir como “*massa trabalhadora*” em prol de sua luta contra a classe dominante. Bem como situarem-se na compreensão de que as relações sociais as quais esses estabelecem também estão sob a apropriação e exploração dos capitalistas neoliberais.

Transpor a educação moral e conservadora, exige-nos ²espírito concreto social de classe trabalhadora (termo próprio), esse, como nos apresenta Maria; Jr. (2008, p.641-642), pode torna-se concreto com a educação que supere o trabalho que se materializa apenas com as mãos, ou seja que não fragmente a/o trabalhadora/or, mas que o eleve ao processo teleológico, à práxis concreta e material - e não a que se traduz apenas na prática, em melhores e objetivas palavras que trabalhe com as mãos, o cérebro, na ação política, e no pensar politicamente enquanto sujeito político. Um ensino intelectual, físico, tecnológico e político.

A educação emancipadora, apresenta-se na proposta da teoria social crítica, como uma das ferramentas e não a única, que irá compor o arsenal do qual a classe trabalhadora travará suas lutas. Nesse sentido, não separar trabalho manual do intelectual, aliado ao ser político - não no sentido da política partidária, ainda que os sujeitos trabalhadores vejam esta última, como caminho para a fortalecer a luta nos palanques do mercado - o Estado. Sim, esse, tornou-se o lugar onde o mercado por meio dos capitalistas neoliberais legitima suas barbáries, permanecendo com a investida bem-sucedida que os enriquecem e os fortalecem cada vez mais, e fragilizando os direitos sociais, aqui em especial a educação que a classe trabalhadora recebe. Estando essa, sob a organização e controle do Estado em atendimento ao capital, quando dever-se-ia o Estado, garantir o acesso à educação de e com qualidade, na perspectiva emancipadora a todos. No discurso da empregabilidade, a educação para atender os interesses do capital, atua com conhecimento fragmentado e seletivo, em uma pedagogia didática que reduz ou em muitos casos retira de seus currículos basilares, os conteúdos que são das ciências sociais e humanas - sendo essas, as que contam o processo material e histórico da sociedade, as quais contribuem diferentemente para que a classe trabalhadora possa alcançar a consciência social política da vida material, a partir da reflexão, discussão e compreensão desse.

² Refere-se à revolta que leva à luta de classes concreta, a partir da incorporação/apropriação da consciência enquanto sujeitos políticos, de que são parte da e a classe trabalhadora, e que em sua existência social humana são explorados e alienados pela dominação da Ordem do Capital.

3. O Trabalho Social em Serviço Social

Apresentamos anteriormente, os arranjos e investidas exitosas dos capitalistas neoliberais para apropriação e utilização da educação como dominação e exploração da classe trabalhadora, em atendimento e manutenção de sua Ordem, consequentemente de seus interesses.

Há diversas conceituações e entendimentos, tanto teóricos quanto de senso comum, em relação ao que é trabalho social. Centraremos, aqui, no trabalho social em Serviço Social no Brasil, uma profissão socialmente legitimada e legalmente reconhecida pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, e pelo Código de Ética Profissional das/os Assistentes Sociais normatizado pela resolução Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

A profissão possui em sua trajetória momentos de tensões, rupturas, embates e principalmente luta política. Com sua gênese oriunda do apostolado católico, no Brasil em especial, brota sob o neotomismo como vertente teórico-metodológica, ou seja cunhada na religião e na Ação Social da Igreja, e a partir da transição do feudalismo para o capitalismo - o Serviço Social emerge em atendimento aos interesses do capital. Após longo período ancorado na teoria social positivista, à categoria foi necessário a ruptura com seu caráter assistencialista, funcionalista e de ajuste, isto começa a se dar, no Brasil, a partir do Golpe de 64.

A categoria, enquanto profissão, passou a constituir-se como parte de um trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, ao participar da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. A/O profissional do Serviço Social vai de encontro com as lutas da classe trabalhadora, uma vez que é uma profissão que atua diretamente com a sociedade e a comunidade em que está inserido na divisão social e técnica do trabalho, e em contato por meio das relações sociais com as comunidades, instituições e organizações que possibilitam, assim, o tecer da teia em rede visando a inserção, a promoção, o exercício de cidadania e a efetivação dos direitos norteados pelo seu Projeto Ético Político.

O fazer profissional da/o assistente social e a profissão inserem-se na recente história da sociedade brasileira, que foi polarizada pela luta de setores democráticos contra a ditadura e, posteriormente, pela consolidação das liberdades políticas, propiciando experiência rica aos sujeitos sociais trabalhadores, como um todo e englobando a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das particularidades individuais e sociais, o respeito à diversidade etc, valores e práticas até então secundários para o Serviço Social em sua fase conservadora e reacionária. Ao adquirir novos estatutos e fortalecimento do seu elenco de reivindicações da cidadania para as categorias trabalhadoras/profissionais, esta experiência ressitua o comprometimento da profissão com o ético político e com a avaliação da qualidade dos seus serviços.

Iamamoto (2004, p. 77), destaca que no período de ditadura e pós esse, o Serviço Social no Brasil experimentou um processo de renovação profundo, devido às intercorrências de mudanças ocorridas na sociedade brasileira, entre elas o acúmulo profissional - o Serviço Social desenvolveu-se teoricamente e praticamente, deixando

de ser leigo frente às situações, diferenciando-se, para, no início dos anos 90, posicionar-se como profissão academicamente reconhecida e socialmente legitimada em defesa da classe trabalhadora, da população pauperizada e das minorias, essas, excluídas, exploradas, alienadas e com sua existência social humana apropriada pelos capitalistas neoliberais.

Há uma conceituação/definição mundial (5 continentes), sobre o que é/seria Trabalho Social, essa foi formulada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS, responsável por agregar as organizações/associações/entidades nacionais as quais representam esses trabalhadores sociais, ou seja também as/os assistentes sociais: “[...] *assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenho das pessoas na melhoria do bem-estar [...]*” (CFESS, 2011, p. 738). Essa, foi votada em assembleia na cidade de Montreal no ano de 2000, a qual tem sido temática de ampla discussão, onde a posição das representações latino-americanas, incluindo a brasileira, se dão pelo fato de que o Serviço Social é único, porém ele se insere em particularidades diferentes. A recusa, pelas entidades/organizações latino-americanas representativas, se dá na perspectiva de que são países com seus processos históricos, suas peculiaridades e condições sociais objetivas, políticas, econômicas, culturais e do mundo do trabalho oriundos da materialidade desses. Questões essas que exigem também definições diferenciadas por diferentes serem seus processos históricos. Desde o período citado, essa definição/conceituação vem sendo debatida, e ainda não superada e/ou modificada.

Diante de tal definição, evidenciamos que as contradições e espaços de disputas se materializam dentro da própria categoria profissional e em seus órgãos representativos, Netto (2007, p.136), destaca que “[...] *o universo do Serviço Social latino-americano (e certamente não apenas ele) envolve concepções profissionais muito distintas. Trata-se de um universo plural, em que se registram formas diferentes de conceber o Serviço Social, seus fundamentos, seus objetivos, suas funções e práticas etc [...]*”. Onde o agir, pensar, ver, viver, refletir e intervir nesses territórios são também peculiares às realidades materiais e históricas da profissão. Dessa maneira a generalização das condições sociais materiais e objetivas, vão de encontro com a não totalidade, assim todas/os os trabalhadores são vistos da mesma ótica, sem que se considere sua realidade concreta histórica.

No que se refere ao Serviço Social, enquanto categoria profissional inserida na dimensão social e técnica do trabalho, que assumiu em seu projeto ético político o compromisso com a classe trabalhadora e com as minorias, bem como a partir da adoção da Teoria Social Crítica como método para análise da realidade, faz se necessário apreensão do conhecimento na perspectiva emancipadora, como nos apresenta Yamamoto (2010, p. 54), “[...] *a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. [...]*”. A partir das considerações da autora, reconhecemos o alinhamento do Serviço com a perspectiva da educação emancipadora, essa, também crucial na formação das/os assistentes sociais para que se consiga a apropriação de consciência da existência social humana, e como se dão as transformações no processo histórico

das expressões da questão social - matéria de estudo, intervenção e trabalho dos sujeitos trabalhadores em Serviço Social, materializado no trabalho social.

Na definição de trabalho social, defendida para a realidade latino-americana, em especial a brasileira, encontramos:

[...] o(a) assistente social ou trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida (CFESS, 2011, p. 743).

Identifica-se, acima, uma ampliação no que se deve materializar o trabalho social realizado pelas/os assistentes sociais comprometidos com o Serviço Social crítico na perspectiva do materialismo histórico, tendo como método a teoria social crítica. Compreende-se na definição proposta, acima, o reconhecimento dos sujeitos trabalhadores assistentes sociais inseridos e como parte na divisão social e técnica do mundo do trabalho - desconsiderá-la seria uma visão messiânica da profissão, bem como a necessidade de adotar os princípios de Justiça Social e dos Direitos Humanos, esses não contemplados na definição da FITS, como basilares ao trabalho social tendo em vista o compromisso com a superação das expressões da questão social.

Diante do exposto, o Serviço Social representado pela/o assistente social no trabalho social que realiza, possui em sua trajetória histórica contradições marcantes que ainda permanecem enraizadas na visão de mundo de muitas/os profissionais. Primeiramente seu surgimento enquanto profissão para atender aos interesses do capital, porém oriundo dos princípios e dogmas da religião, a urgência de teorizar-se para afastar-se do pensamento religioso e atuar na lógica capitalista neoliberal intervindo baseado nos fatos, no ajuste e na moral colocou a categoria no lugar de neutralidade, do conservadorismo e de reacionária. Para a superação desse “vírus”³ - no sentido da manutenção deste modo de pensar e agir e que ainda na temporalidade dessa pesquisa contamina a categoria profissional. Há proposição, os esforços e desafios estão elencados na adoção urgente da educação emancipadora, ainda que não tratadas por esse nome ou termo, mas que se traduz nessa. Joaquina e Braz (2009. p.187), destacam que “[...]temos diversas formas de prática: prática política, prática artística, prática produtiva, e as diversas formas de prática profissional, todas elas relacionadas em última instância à prática produtiva (ao mundo prático-material) [...]”. A educação emancipadora nos permitirá o reconhecimento como classe trabalhadora, e o despertar para o conhecimento da consciência da prática, a qual concebe-se na *práxis* - a objetivação na realidade, como apresentado acima pelos autores, o trabalho por sua objetivação necessariamente material.

³ expressão, dos autores, para explicitar e materializar como a lógica dos capitalistas neoliberais utilizando-se da teoria científica como mecanismo de exploração, dominação e apropriação da existência social humana, ainda se faz presente nos sujeitos trabalhadores em sua *práxis* profissional.

Ainda no sentido da apropriação da teoria social crítica, pelas/os assistentes sociais, funda-se o que Netto (2010, p. 673), nos coloca: “[...]A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa [...]”. Tal colocação seria ou é o que possibilitará aos sujeitos trabalhadores e a classe trabalhadora afastar-se das análises que fazem constatações de ou em causa/efeito. Aproximando-se assim à luta, intervenção e atuação que decifre o não dito e não aparente - a partir do reconhecimento da essência.

4. Considerações Finais que não terminam

O trabalho permanece na centralidade das tensões e conflitos do/no mundo do trabalho. Reconhecer e manter posicionamento de que a luta de classes ainda se mantém no cerne e como a maior oponente do capitalismo, se faz de fundamental importância. Ainda que os capitalistas neoliberais tenham, “parcialmente”⁴, conseguido pelo discurso de que não há mais luta de classes, que essa teria sido superado com a legalização e “garantia” dos direitos trabalhistas e sociais. Compreende-se que as pautas e os motes devido avanço da Ordem Capitalista e suas reconfigurações no processo histórico (esse último, que não finda), conquistou essa segmentação/fragmentação, mas não superou o que está no centro da luta - o trabalho, elas se somam e se unem nos momentos que convergem no ponto central de suas lutas: a emancipação da classe trabalhadora por uma transformação que supere a Ordem vigente.

Conforme vimos ao longo dessa pesquisa, não dissociar educação, profissionalização, teoria, trabalho, ser político e existência concreta social humana do mundo do trabalho e a relação dessas com o trabalho, é parte fundante da evolução para o conhecimento teórico - a qual encontramos no que propõe a educação emancipadora que é uma, não a única, ferramenta não bélica das quais a classe trabalhadora precisa para conseguir alcançar o processo teleológico da luta de classes, e assim travar/enfrentar a luta em prol de/da sua emancipação. O discorrer que se deu até aqui, nos coloca de frente com os empates que atravessam o fazer profissional das/os assistentes sociais que são sujeitos trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho, transferindo em miúdos para sermos diretos com as/os leitoras/es, a/o profissional atua diretamente nas/com as expressões da questão social e está na condição de trabalhadora/or assalariado submetido às ordens daqueles que criaram uma sociedade de exploração da força de trabalho.

Torna-se crucial a adoção da educação emancipadora, pela categoria assistente social, como incremento no processo histórico de decifrar o não dito, para seguir na visão do real concreto que compreende e se percebe classe trabalhadora, essa, que como já vimos, é para Marx (2013), a única possível de concretizar a superação da Ordem do Capital vigente. Nesse sentido, há que conceber um trabalho social por esse

⁴ “parcialmente”, porque os movimentos sociais que no processo histórico concreto e material dividiu-se em suas pautas. Mas ainda é luta de classes contra o capital.

profissional, que mantenha na centralidade de sua *práxis* o trabalho, conseqüentemente a classe trabalhadora, buscando o aprimoramento na educação emancipadora para possibilitar uma prática ancorada na dimensão teórico metodológica sustentada na teoria social crítica, que alinhe ao projeto profissional e ético político da profissão, o qual direciona o olhar para realidade a partir do concreto pensado, conceito contido no método de Marx, ou seja no materialismo histórico. Do contrário o “vírus” (abordado em outras linhas dessa pesquisa), presente no interior da atuação profissional tende a vigorar por mais longos anos.

Destarte, não se finda a história aqui, há que se propor a pausa na escrita dessa pesquisa, para que ocorra tempo para reflexão que possa instigar/provocar ação emancipadora dos sujeitos leitores, e dos sujeitos trabalhadores assistentes sociais - é alarmante para que se desenvolva em cada uma/um, a consciência social da existência concreta material humana, que enquanto categoria profissional, essa, possui compromisso ético e político com uma atuação que intervenha para promoção da emancipação da classe trabalhadora, dos sujeitos pauperizados, conseqüentemente para a redução das expressões da questão social. Expressões essas que adotam novas configurações com o avançar da lógica capitalista, diante disso, a proposição da educação emancipadora não se faz sugestão, se faz parte do compromisso ético político da profissão, quando ao romper com um projeto conservador e tradicionalista, assumiu lado e se comprometeu com a defesa da classe trabalhadora. Comprometimento esse, que implica em posicionamento e defesa intransigente das minorias, que atualiza constantemente as bandeiras de luta, que reconhece o direito e respeito a terra, que se articula com o projeto societário emancipador, que recusa a exploração, apropriação e dominação da força de trabalho e do que por ela é produzido e gerado.

5. Referências

BORDIN, R. A. O caráter histórico-social do conhecimento no pensamento de Marx. In. **Trans/Form/Ação**, Marília - SP, v. 40, n. 2, p. 157-174, 2017.

BRAZ, J. **Luta de Classes e Luta Política**. Documento eletrônico, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm#topp> - Acesso em 27/06/2024 às 09:18h

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar? The IFSW social work definition: Why should it be reviewed? In **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 108, p. 733-747, out./dez. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5kxBQVMM4MGLy77HsXwwcz/?format=pdf&lang=pt> - Acesso em 07/11/2024 às 19:03h

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Brasília - DF, 2022. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> - Acesso em 03/03/2024 às 13:23h

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Joaquina. B.T.; BRAZ. E. O projeto ético-político do Serviço Social. In **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P. 185.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Marilda. V. I. Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. In **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P. 143.

CFESS. Conselho Federal de Serviço; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. NETTO. J. P. Introdução ao método da teoria social. In **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009. P.668.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. O Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais, 10ª ed. Disponível em

https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf - Acesso em 27/09/2024 às 08:11h

MARIA, L. S. L.; LUCENA, C. A. Karl Marx, o Trabalho e a Formação dos Trabalhadores no Modo de Produção Capitalista. **Revista EXITUS**, vol. 4, Nº. 2, 2014. Universidade Federal do Oeste do Pará Santarém, Brasil.

MARIA, R. C. **Neoliberalismo, Gerencialismo e Educação**: O projeto do empresariado para a América Latina. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57593> - Acesso em 27/06/2024 às 08:41h

MARILDA, V. I. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARILDA, V. I. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARISA, B.; JR. A.F. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Revista Interface Comunicação Saúde Educação**. v.12, n.26, p.635-46, 2008.

MARX, K. **O capital**. 10ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. Livro 1. v.I, II.

NETTO. J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2007. Nº 19.

NETT. J. P. BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 1ª ed. São Paulo, Cortez: 2006.

SILVA, Katiene Nogueira da; GATTI, Giseli Cristina do Vale. As ideias de Durkheim nos manuais de História da Educação: cientificidade e moralidade laica na vida social e na escola. **História da Educação**, v.23, p.1-38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93211>

WEISS, Raquel. A concepção de educação de Durkheim como chave para a passagem entre Positivo e Normativo. In: MASSELLA, Alexandre Braga e outros (Org.). **Durkheim: 150 Anos**. Belo Horizonte: Argumentvm. 2009. p.169-189.